

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM DOCUMENTOS RELATIVOS AO PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

LISETE FUNARI DIAS¹; MAIRA FERREIRA²

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – lisetefunaridias@gmail.com

3 Universidade Federal do Pelotas – mmairaf@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Considera-se que o Programa Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio (Pnem) (BRASIL,2013), foi criado num contexto em que a formação continuada de professores se tornou urgente, uma vez que a confiança depositada na Escola Pública de Estadual de Ensino Médio não profissionalizante e em seu corpo docente estava sendo questionada por diferentes motivos, entre esses, o de não conseguir manter os jovens na escola e por não conseguir que alcançassem um bom desempenho ao final dos diferentes níveis de escolarização.

Os objetivos das ações formativas do Pnem foram contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio; promover a valorização pela formação dos professores; e rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM (BRASIL,2012).

No Brasil, os participantes somaram um total de 495.697 professores, em 20.317 escolas, atendendo mais de sete milhões de alunos. Considerando o número de envolvidos e pré avaliando sua importância, este estudo visa investigar e compreender acerca dos objetivos do Pnem, respondendo a pergunta fenomenológica no contexto de sua criação: O que é isto que se mostra em documentos oficiais relacionados ao Pnem?

2. METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como qualitativa e utilizou-se da técnica de estudo documental complementando a pesquisa referente à tese de doutoramento. Os dados estão relacionados a fatos produzidos antes ou durante o evento Pnem, objeto de estudo da tese.

A pesquisa documental tem o documento como fonte de pesquisa, podendo ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. (FIGUEIREDO, 2007). Assim, faz parte desse estudo e constituem o *corpus* de análise, documentos legais relacionados ao Pnem (leis, decretos, portarias, planos, resoluções, arquivos); notícias disponibilizadas no site da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul; arquivo da apresentação e vídeo com pronunciamento do então Ministro da educação, Aluísio Mercadante, durante a abertura do Pnem; e vídeo contendo falas de participantes do I Seminário Nacional Sobre Formação Continuada de Professores do Ensino Médio.

Os dados serão analisados pela metodologia de Análise Textual Discursiva (ATD), não pretendendo buscar nas categorias o que os documentos dizem, mas sim, o que se mostra na linguagem da pesquisa em um exercício de descrição, interpretação e compreensão (MORAES e GALIAZZI, 2014).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das unidades de significado, relacionadas à formação continuada e extraídas dos documentos, foram construídas categorias cuja frequência maior aponta para o

fenômeno que se mostrou: a valorização dos professores. Assim, pretende-se apresentar o que é dito sobre essa valorização no programa Pnem.

3.1 A valorização da profissão: entre o previsto e o efetivado

Para viabilizar mudanças curriculares nas escolas, melhorar a qualidade da educação, aliando à permanência do jovem na escola, ações foram postas em prática por meio de programas subsidiados pelas políticas públicas educacionais, entre essas, as voltadas para a formação de professores. Assim, visando rediscutir e atualizar as práticas docentes efetivas, com foco na formação humana integral, em conformidade com as DCNEM e com o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) (BRASIL, 2009), foi instituído o Pnem como programa de formação continuada que atendesse a esse propósito.

O planejamento do Pnem previu uma formação em cadeia, que reuniu desde os formadores das universidades até os professores das escolas, sendo esses últimos formados no chão da escola, com utilização de 1/3 da carga horária destinada à sua hora-atividade, envolvendo três horas semanais em um total de 200h. Nesse sentido, atenderia a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, que tem como um dos princípios: a valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho (BRASIL, 2016)¹. No entanto, segundo Gatti e Barreto (2009), quando se referem à formação em cadeia ou “cascata”, consideram que, mesmo envolvendo “um contingente profissional bastante expressivo em termos numéricos, tem se mostrado pouco efetivo quando se trata de difundir os fundamentos de uma reforma em suas nuances, profundidade e implicações” (p. 197). Os cursos em cadeia, com curto espaço de tempo para a formação, criticados pelas autoras, podem não ser efetivos, uma vez que as mudanças, mesmo as pretendidas, por exemplo, durante uma intervenção didática, não são imediatas.

Nos documentos relacionados ao Pnem, a valorização docente aparece como um dos objetivos e é possível percebê-la entre as premissas do Plano Nacional da Educação-PNE (2011-2020): “excelência na formação e valorização dos profissionais da educação”, porém não se percebe em suas metas: plano de carreira e melhores salários, formação em nível superior na área que atua ou pós- graduação (BRASIL, 2011).

Interpretando os documentos oficiais, esses legitimam a necessidade de valorizar a profissão de professor, no entanto devemos reconhecer que é preciso dar condições para que ela não se estinga. Nesse sentido, também Libâneo (2000) reforça a necessidade de haver “melhores salários, condições de trabalho, melhor qualificação, estabilidade das equipes nas escolas, servindo também para reconfigurar o papel deste professor”(p.84).

No que se refere a uma melhor qualificação na formação, o Pnem também sofreria críticas, segundo Gatti e Barreto (2009), pois as autoras consideram que “é nociva a descontinuidade de políticas e ações que interrompem processos que começam a tomar sentido e a se consolidar para as pessoas envolvidas com a educação escolar”(p.229).

¹ O Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 revoga o Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010.

3.2 A valorização do professor como reflexo nas avaliações externas

A valorização dos professores está nos discursos de autoridades vinculadas ao MEC e Secretarias Estaduais de Educação por ocasião do lançamento do Pnem.

No pronunciamento² em novembro de 2013, o então Ministro da Educação Aluisio Mercadante afirmou que a valorização dos professores estaria vinculada à oferta de formação continuada, e que, mediante incentivo financeiro, material pedagógico e discussão sobre o currículo para articulação entre as áreas do conhecimento, o professor estaria melhorando sua formação para ensinar, havendo assim, uma melhoria na qualidade no Ensino Médio refletida nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Quanto ao incentivo financeiro o Ministro citou o piso salarial da época³, e comentou que a bolsa de estudos de R\$200,00, significaria um aumento de salário em mais de 10%. O mesmo foi evidenciado, na ocasião da implementação do Pnem, também em 2013, no depoimento do então Secretário de Educação Básica, Romeu Caputo⁴. Segundo o secretário o Pnem seria uma ação fortemente ligada à Lei do Piso Salarial dos Professores (Lei nº 11.738/2008), que destinaria 1/3 da jornada de trabalho do educador para sua capacitação e aperfeiçoamento, com a oferta de bolsa mensal aos educadores que aderissem ao Pacto, de modo a utilizarem essas horas para estudar (BRASIL, 2008).

Reiterando o discurso do Ministro Mercadante, o representante do Conselho Nacional das Secretarias da Educação (Consel), em uma das mesas temáticas do I Seminário Nacional Sobre Formação Continuada de Professores do Ensino Médio, destacou que o investimento na formação dos professores resultaria em maior articulação às necessidades apontadas no currículo atual do Ensino Médio.

Vê-se, assim, que a perspectiva de valorização docente está articulada à melhoria da qualidade do Ensino Médio, para atingir metas de aumento dos indicadores do Ideb e melhoria na avaliação do Pisa; de melhoria dos indicadores de proficiência em Português, Matemática e Ciências (Prova Brasil); de melhoria do fluxo no Ensino Médio, de modo que nenhum jovem fique sem acesso ao ensino médio; e da avaliação censitária do ensino médio, sendo esse mais um instrumento de avaliação adicional (MERCADANTE, 2013).

O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados a lançar o Pnem no país e, por ocasião do lançamento do programa, notícias no site da Secretaria Estadual de Educação-Seduc/RS destacam o pronunciamento do então Secretário de Educação do Estado, Prof. Dr. José Clóvis de Azevedo, que considera a importância das parcerias entre as Instituições de Ensino Superior e Secretarias Estaduais de Educação na realização das ações de formação continuada de professores, comparando essas ações à reestruturação curricular do Ensino Médio Politécnico, que se mostraria como positiva pela diminuição dos índices de reprovação. Ressaltou, ainda, que o estado foi o segundo colocado no país no Enem em 2012, apresentando também o melhor desempenho em Matemática e o segundo melhor em Português, no Ideb, entre as escolas estaduais.

Dante do exposto, percebe-se o modo como a formação de professores é considerada nos documentos pesquisados, sendo a valorização do professor vista, como fator decisivo para a educação, uma vez que “A formação de qualidade dos alunos depende da formação dos professores” (LIBÂNEO, 2000, p. 83). No entanto,

² Vídeo de Pronunciamento do Ministro disponível em:

http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26:titulo-video&catid=15&Itemid=101

³ O Ministério da Educação confirmou que para uma jornada de 40h, o valor do piso salarial para professores em 2013 era de R\$ 1567,00.

⁴ Depoimento do então Secretário de Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35919>

percebe-se que a busca por uma formação, voltada para melhorias de resultados nas avaliações pode não ser efetiva por motivos que estão além da formação continuada, ou seja, há necessidade de reconfigurar o papel do professor, o que já foi apontado segundo Libâneo (2000), com melhores salários, condições de trabalho, melhor qualificação, estabilidade das equipes nas escolas.

4. CONCLUSÕES

Nesta perspectiva teórica e conhecendo o panorama sobre as políticas públicas para formação de professores no Brasil, investigamos e interpretamos o que se mostra sobre os objetivos do Pnem em documentos oficiais, compreendendo que a formação continuada, como valorização da carreira do professor, está entrelaçada a um conjunto políticas, especialmente as de currículo e de avaliação.

O Pnem, mostra-se como um programa que resolveria muitos problemas, tais como, manter os jovens na escola com alcance de bons desempenhos e, para isso a formação continuada seria uma estratégia, sendo também considerado uma forma de valorização da profissão. A formação no chão da escola e em cadeia abrangeia um grande número de professores, mas percebe-se que a efetividade teria como entrave, a descontinuidade do programa, sendo nociva para consolidar o processo de qualificação na formação de professores e a qualidade do ensino.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

_____. **Portaria nº 1140, de 22 de novembro de 2013.** Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais.

_____. **Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. **Plano Nacional de Educação 2011-2020.** 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011

_____. **Portaria nº 971 de 9 de outubro de 2009.** Institui o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI).

_____. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica.** 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis Editora, 2007

GATTI, B A.; BARRETO, E. **Professores do Brasil:** impasses e desafios / Coordenado por Bernadete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MERCADANTE, A. **Documento de apresentação do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio.** 2013 Disponível em:
<http://pactoensinomedio.mec.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2016.

MORAES, R; GALIAZZI, M.C. **AnáliseTextual Discursiva.** 2ª Edição. Ijuí: Unijui, 2014